

Artigo

Todos os olhares para o Supremo

MICHAEL MOHALLEN*

O destino de Lula continua indefinido, mesmo após a rejeição unânime do habeas corpus preventivo pela 5ª Turma do STJ. O resultado não traz respostas definitivas para as duas principais questões que movimentam os bastidores do Judiciário e da política neste momento: Lula poderá ser candidato nas eleições de 2018? E será preso?

A grande questão no julgamento de ontem não era a garantia de liberdade de Lula. Essa questão já se sabia derrotada. A estratégia do ex-presidente era superar a etapa do STJ para que todos os olhares se voltem ao Supremo. Também no Supremo, parece pouco provável que prospere o pedido de habeas corpus preventivo no seu mérito. O recurso, porém, é um veículo para levar ao plenário a revisão da tese sobre se a Constituição permite a prisão após a condenação em segunda instância — essa sim de interesse de Lula e todos os réus da Lava-Jato sem foro, cujos processos ainda não subiram aos tribunais superiores.

A presidente Cármen Lúcia tem resistido a pautar o caso, e tem ao seu lado o argumento

forte de que não é recomendável que uma corte constitucional reveja suas próprias teses sempre que uma nova maioria seja formada. É ruim para a estabilidade do Direito, além de transmitir dúvidas sobre eventuais motivações casuísticas. Mas tudo indica que não consiga resistir, mesmo que tenha controle sobre a agenda do plenário.

A eventual troca do entendimento do Supremo não mudaria a inelegibilidade de Lula. Mas há profunda diferença nas perspectivas de julgamento do registro da candidatura de Lula preso ou solto. Será mais fácil ao TSE negar registro a um candidato preso — caso o

PT de fato insista no registro mesmo em caso de prisão, como anunciado — do que a um candidato solto, em plena campanha eleitoral, e com boas intenções de voto. Os argumentos de intervenção judicial nas eleições ganhariam força neste caso.

O relógio passou a jogar contra Lula. Se fosse uma partida de futebol, Lula estaria perdendo de goleada. Mas para chegar a uma vitória, não precisa virar o placar. Basta um gol para que o jogo vire a seu favor. ●

**Michael Mohallen é professor da FGV Direito Rio*